

EDUCAÇÃO DO CAMPO NO ENFOQUE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DE UMA ESCOLA MUNICIPAL EM MURITIBA/BA

Osdi Barbosa dos Santos Ribeiro¹; Grasiela Lima de Oliveira²; Maria Juliana Chaves de Sousa³, Alessandra Alexandre Freixo⁴.

^{1,2,3}Mestrandas do Programa de Pós-graduação em Educação, *Universidade Estadual de Feira de Santana*, e-mail: osdi.art@hotmail.com; grasiela.l@yahoo.com.br; mariajulianachaves@gmail.com. ⁴Professora titular, docente do Programa de Pós-graduação em Educação, *Universidade Estadual de Feira de Santana*, e-mail: aafreixo@hotmail.com.

Resumo: O presente artigo parte de reflexões e do entendimento sobre a Educação do Campo como uma proposta educativa voltada a atender a especificidade do estudante camponês, na busca de propiciar uma formação de maneira integral. Diante disso, esta pesquisa tem como objetivo analisar o Projeto Político Pedagógico de uma escola pública das séries finais do ensino fundamental no município de Muritiba, Bahia. O estudo se configura em uma pesquisa qualitativa e documental, sustentado via um diálogo com Roseli Caldart et al. (2012), Dermeval Saviani (2005), Paulo Freire (2013), entre outros autores, com a finalidade de trazer esclarecimentos sobre o tema e refletir acerca da possibilidade de consolidação da educação oferecida ao estudante do campo na relação participativa de respeito e valorização às especificidades educacionais dos referidos sujeitos, constituindo-se assim, em um trabalho de relevância sociocultural. Os resultados constataram que a proposta político-pedagógica efetivada na escola não atende as especificidades dos estudantes, permitindo perceber ainda um distanciamento entre a proposta e a vivência dos sujeitos no rural muritibano, assim como revelaram a falta de ações referentes a consolidação da educação citada abarcadas pela política pública nacional da Educação do Campo. Tais resultados apontam para a necessidade da construção de um Projeto Político Pedagógico voltado à contextualização das realidades dos estudantes camponeses, de modo que, se efetive paulatinamente o aperfeiçoamento do processo de ensino e aprendizagem propício a atender as suas singularidades. Nesse sentido, podemos inferir que a pesquisa possibilitou discutir aspectos relevantes acerca do tema, bem como pensar na continuidade de estudos futuros.

Palavras-chave: Educação do Campo, Projeto Político Pedagógico, Ensino e Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

A Educação do Campo se apresenta de maneira significativa no aparato legal brasileiro, uma vez que consiste em um direito conquistado nos movimentos e organizações sociais, além da academia científica. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), estabelece que a educação “abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais [...]”.

A saber, que a educação é um processo dinâmico, de igual importância nos diferentes contextos, a Educação do Campo busca se legitimar a partir das lutas dos movimentos sociais, de acordo com a sua realidade social e cultural, ao longo dos anos. Tais aspectos consolidam as conquistas voltadas para essa especificidade provindas da luta

dos grupos minoritários, defendendo ideais de igualdade de condições, ao entenderem a relevância da educação de qualidade nas suas vidas. Nesse sentido, há uma nova demanda na sociedade - a classe trabalhadora do campo - desejosa pelo acesso ao conhecimento histórico acumulado e sistematizado.

Os processos educativos do campo vão além dos muros escolares mediante sua dinâmica socioeducativa. Nessa esfera, as demandas históricas dos movimentos de luta por uma educação inclusiva, buscam um ensino que atenda a classe trabalhadora do campo, considerando suas vivências e conquistas, primando pela intencionalidade de formar cidadãos críticos.

A essência da Educação do Campo consiste em uma ação educativa capaz de contemplar as reais especificidades do estudante camponês por meio da problematização do saber sofisticado, ou seja, sistematizado. Tendo sua eficiência quando concebe possibilidades do aluno compartilhar experiências, dando sentido a apropriação de novos conhecimentos. E a proposta da escola precisa garantir esse espaço de interação e produção histórica. Assim, situa-se o seguinte estudo, tendo como problema esclarecer a seguinte questão: A proposta do Projeto Político Pedagógico (PPP) de uma escola municipal de Muritiba está de acordo com as reais necessidades dos sujeitos camponeses?

No intuito de responder este questionamento propõe-se como objetivo analisar o Projeto Político Pedagógico de uma escola municipal de séries finais do ensino fundamental em Muritiba, Bahia. A relevância acadêmica concerne em contribuir para o incentivo de reflexões e novos estudos de pesquisadores, acadêmicos, educadores e outros interessados nesta temática. Em termos sociais, o trabalho é subsidiado nas universidades, assim como o pedagógico, no intuito de colaborar com a efetivação da Educação do Campo de qualidade com um olhar mais atento e sensível as reais necessidades dos estudantes camponeses.

METODOLOGIA

A presente pesquisa se embasa no projeto político pedagógico de uma escola municipal das séries finais do ensino fundamental, situada em uma localidade rural da cidade de Muritiba, Bahia. Com isso, a pesquisa qualitativa e documental aclarou atender aos almejos deste estudo, quanto aos objetivos, se caracterizou como descritiva. Para Creswel (2014) a pesquisa qualitativa consiste em uma construção social que estuda os significados de um problema, compreendendo-o como uma produção de

conhecimento por meio da interpretação de uma realidade investigada.

Para subsidiá-la, admitiu-se as contribuições de estudiosos e especialistas na área, além das documentações cedidas pela escola. Tais documentos possibilitaram o aprofundamento nesse âmbito de conhecimento, como reativaram a memória de vivências no referido espaço de pesquisa. Assim, foram fundamentais para possíveis esclarecimentos das questões elencadas neste trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Breve discussão do processo histórico da Educação do Campo

Os conhecimentos históricos da Educação do Campo propõem abordagens do tema em estudo e um breve passeio no tempo. Iniciamos refletindo sobre a intencionalidade de criar a escola condizente com a realidade do campo. As pessoas trabalhavam e não sentiam necessidade do ato educativo formal, da tecnologia, para atender suas necessidades de lidar com a terra, com os animais, entre outras atividades ligadas ao campo. Eram suficientes o conhecimento compartilhado no espaço e passado de geração a geração. A família conduzia o aprendizado, aprendiam os primeiros conceitos e práticas com as próprias experiências de vida - a cultura das gerações.

No entanto, surge a possibilidade da escola utilizar esses saberes prévios para construção de saberes mais elaborados, uma vez que tais saberes se complementam na educação formal. A escola do campo manifesta o desejo de uma educação que possibilitasse ao educando camponês pensar e refletir sobre a sua realidade. Uma oportunidade de conhecer a terra cientificamente por meio do saber sistematizado e construído historicamente no trabalho, vinculado aos saberes de luta e resistência dos camponeses e das organizações - a necessidade das tecnologias e das técnicas tradicionais no desenvolvimento do trabalho, do aprendizado e da interação com a terra.

Nessa perspectiva, desde a década de 30, com o movimento dos pioneiros da educação em defesa da implementação de uma escola pública, gratuita, laica e obrigatória, o sistema educacional concentrou-se na cidade. A prioridade voltada a esse grupo em específico, levou em detrimento a educação que contemplasse a demanda no rural brasileiro. Desse modo, surgem os movimentos em torno desta causa pautados na discussão em defesa do campo como espaço de vida e mudanças, onde existe a produção de

trabalho, como também, os anseios voltados a produção de conhecimento, reconhecimento e valorização das culturas da população do campo. Estes aspectos registraram na história a contribuição de muitos trabalhadores organizados, dentre eles o Movimento dos Trabalhadores sem Terra que traz um sentido a essa luta (GOHN, 2001).

Conforme Caldart et al. (2012), a educação camponesa nasce da formação dos movimentos sociais, na luta de enfrentamento dos grupos minoritários em contraponto/divergências aos anseios do governo. Desse modo, os debates e as lutas por uma Educação do Campo capaz de atender as reais necessidades dos trabalhadores camponeses foram conquistas do povo.

Nesse viés de pensamento, Ribeiro (2009, p. 424) considera que o movimento camponês “ocupa a cena pública com demandas de reforma agrária, política agrícola e educação do campo e, mais do que isso, cria e administra uma modalidade de educação voltada aos seus interesses, alternando tempos/espços”. Diante disso, nos últimos 30 anos no Brasil, os trabalhadores camponeses, sobretudo, organizados nas redes sociais, começaram a questionar sobre tal educação, expressando seus anseios por mudanças no processo histórico da educação para que a escola do campo tivesse o valor merecido.

A Constituição Federal (BRASIL, 1988) conceitua a função social da escola no artigo 205, destacando sua importância para o “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Considerando tais elementos, a função social da escola apresenta uma dimensão diferenciada em relação ao contexto em que os sujeitos estão inseridos, uma vez que, formar cidadão consciente de seu papel na sociedade, possui a cada dia novos desafios e impasses, sentidos na forma de como a sociedade vivencia as representações sociais nos espaços educativos e a necessidade de que suas incumbências sejam exercidas de modo pleno nessa conjuntura de formação.

Por meio da educação há uma sistematização de valores acerca dos conhecimentos tácitos construídos com base na cultura e no convívio social dos sujeitos partícipes da instituição escolar. Tais conceitos são importantes, uma vez que subsidiam os estudos e permitem ao pesquisador refletir acerca de novas possibilidades de investigação sobre a Educação do Campo. Saviani (2005) conceitua a educação como um fenômeno, uma produção de conhecimentos e uma ação própria do humano, logo, o professor faz a conexão entre o saber elaborado e o do senso comum. Os processos educativos do campo vão além dos muros escolares mediante sua dinâmica socioeducativa. Acontece em diversos contextos,

formais ou informais, que o sujeito convive, atua, participa e aprende.

A defesa por educação de qualidade para todos, nessa linha de pensamento, compreende a especificidade da Educação do Campo por meio dos conhecimentos descritos após a aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, destacando que:

A educação do campo, tratada como educação rural na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caixaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo, nesse sentido, mais do que um perímetro não-urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações de sociedade humana (BRASIL, 2002, p. 1).

A Educação do Campo apresenta conceitos e significados relevantes, contudo, para que de fato seja consolidada, é preciso efetivar seu papel na preparação dos cidadãos camponeses. Para Caldart (2004, p. 17), a Educação do Campo é compreendida como “processo de construção de um projeto de educação dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, gestado desde o ponto de vista dos camponeses e da trajetória de luta de suas organizações”. Nesse viés, os princípios metodológicos da escola do campo precisam condizer com o contexto social e cultural que os sujeitos camponeses estão inseridos.

Segundo Freire (2013, p. 79) os conteúdos para surtir o efeito de transformação precisam tanto partir de situações concretas como ser problematizados, considerando o contexto e os sujeitos neles envolvidos. Percebemos que a formação da classe trabalhadora necessita ser materializada com a presença, também, de conteúdos. A formação apenas com os conteúdos não é suficiente, é preciso construir conhecimentos possíveis de dialogar com os anseios do camponês, além de reconhecer o campo como um lugar de trabalho e de cultura.

Caldart (2011, p. 20) destaca que “a matriz formativa que sustenta nossas iniciativas de transformação da escola é a do desenvolvimento omnilateral ou da educação integral do ser humano, que inclui a cognição, o desenvolvimento corporal, artístico, a dimensão organizativa, a formação de valores”. Nesse contexto, é preciso compreender a Educação do Campo com intencionalidade, propondo ações diferenciadas, educativas, reflexivas, socialmente viável e ecologicamente sustentável de produção tanto de conhecimento quanto de prática dentro e fora do âmbito escolar.

Projeto Político Pedagógico de uma escola pública em Muritiba

Dentro da escola do campo a realidade discursiva está distante: do PPP, da matriz curricular, do planejamento dos professores, dos ensinamentos e discussões em sala de aula. Partindo desse pressuposto, foi proposta a análise do PPP de uma escola municipal em Muritiba, sendo imprescindível considerar os aspectos ressaltados nesse estudo de acordo com a amostra representativa.

O município está localizado na mesorregião metropolitana de Salvador, especificamente no Recôncavo Baiano, situado a 3 Km da BR 101, com área da unidade territorial de 89,311 Km². De acordo com o censo demográfico realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Muritiba possui uma população estimada em 28.899 habitantes, sendo que destes aproximadamente 10.859 se concentram na zona rural, tendo como base econômica a agricultura familiar com a produção de mandioca, fumo, laranja e limão. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal é 0,660.

Segundo o IBGE (2012) o sistema municipal atende 24 escolas de ensino fundamental, sendo 18 escolas rurais em áreas específicas no município. Os dados também apresentam que a população alfabetizada é em média de 22.237 pessoas. Então, é perceptível que aproximadamente 6.662 não são alfabetizadas. Não se obteve dados exatos do número de alfabetizados residentes no campo, mas os índices dos censos anteriores apresentavam grande percentual de pessoas sem instrução ou com ensino fundamental incompleto nas áreas rurais.

A escola em pesquisa está localizada em um distrito do referido município, construída em 1992, oferece as séries finais do ensino fundamental e a educação de jovens e adultos, atendendo aproximadamente 820 alunos. Está organizada pedagogicamente em quatro bimestres letivos anuais e funciona no turno matutino, vespertino e noturno. O *lócus* em estudo atende aproximadamente 90% sujeitos camponeses, moradores de comunidades e localidades circunvizinhas do próprio município e de outros municípios próximos.

De acordo com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB, 2013) a escola ultrapassou as metas projetadas para os anos de 2011 2.3, 2013 2.6 e de 2015 2.9, tendo como resultado a média observada em 2011 2.5, 2013 2.7 e 2015 2.7. Embora a escola esteja atingindo a meta prevista pelo Ministério da Educação para o município, nos anos de 2011 e 2013, quando se reporta em nível de Brasil, o resultado exige atenção dos educadores, gestores e secretaria municipal de educação, pois é considerável a fragilidade no que se refere às possibilidades e limites de aprendizagem.

Para efeito pedagógico-administrativo, a escola amostra, possui o Regimento Escolar fundamentado nos princípios da Lei de Diretrizes e Base

da Educação Brasileira 9394/96, consolidado nos escritos do PPP tendo como concepção a importância do contexto histórico cultural ou sociocultural, esclarecendo que o homem não nasce pré-determinado, este é um ser social, produto e também produtor da história, capaz de lidar com a dialética social, transformando, compreendendo e administrando conflitos.

No entanto, a escola não possui um PPP diferenciado, correspondente às necessidades de aprendizagem dos estudantes camponeses. Notamos que na leitura do documento, tanto na construção, elaboração e aplicabilidade, como nas definições de metas e estratégias não foram pensadas, salientadas ou direcionadas nenhuma ação a respeito da Educação do Campo, uma vez que a educação citada não faz parte das discussões, nem foi mencionada como uma possibilidade de concepção de aprendizagem. Apesar do documento expressar que foi construído objetivando atender as necessidades da comunidade escolar. Os projetos desenvolvidos também não direcionam ações para tal finalidade. O PPP construído em 2012 não sofreu alterações ou reavaliação até o dado momento.

A escolarização no âmbito rural apresenta uma situação preocupante referente à assiduidade e permanência do aluno da escola, percebemos claramente a distorção idade-série e o número de alunos que desistem de estudar mediante a esse aspecto, como também por não verem sentido nos conhecimentos sofisticados apresentados pela escola. Conforme Ribeiro (2013, p. 675), a Educação do Campo deve integrar, “na base curricular, a memória das lutas e das experiências produtivas em que se entrelaçam a produção da vida, dos alimentos, da sociedade, da ciência e da técnica”.

Para Veiga (1997) a construção do PPP por si só não possibilita mudanças imediatas, contudo, com envolvimento e comprometimento dos partícipes, existem possibilidades de diagnosticar as reais necessidades e investir nas potencialidades. Santos (2013, p. 93 apud Taffarel, 2010), reforça a ideia de que “a principal questão diz respeito a como vincular a vida escolar com um processo de transformação social, fazendo dela um lugar de educação do povo, para que este se assuma como sujeito da construção de uma nova sociedade”.

A escola foi criada com o intuito de proporcionar mais comodidade para os moradores locais que antes se deslocavam para os centros urbanos no intuito de continuar os estudos. Este movimento de saída proporcionava um desconforto para estudantes e familiares, além do custo ou investimento em transporte. Para tanto, se há escola, agora é preciso investir em um olhar mais atento a essas singularidades, a fim de contribuir com a formação de sujeitos, os quais possam se posicionar criticamente na sociedade em que está inserido.

Nesta perspectiva, Saviani (2010) sinaliza o trabalho educativo como um ato de produzir, direta ou intencionalmente, em cada indivíduo singular, o que é produzido histórico e coletivamente pelo conjunto de homens. Ou seja, esse conceito direciona a ideia da educação como uma atividade intencional, fazendo cada sujeito, com sua peculiaridade e especificidade, se apropriar do que sociedade organizada produziu.

Para essa educação constituída de intencionalidade fazer sentido, Santos (2013) propõe um trabalho com base na Pedagogia Histórico-Crítica, uma teoria pedagógica da prática educativa, nascida justamente na década de 80, no momento de ênfase dos manifestos dos trabalhadores, mulheres, juventude, entre outros movimentos sociais na luta por garantia de direitos. Nesse sentido, é preciso considerar a escola do campo como um movimento social formada por sujeitos camponeses que participam, constroem histórias de vida e produzem conhecimentos.

A proposta pedagógica da instituição em pesquisa se fundamenta nos estudiosos sociointeracionistas. Nessa perspectiva, defende-se a ideia de Vygotsky, onde a aprendizagem acontece numa relação social fundamental, na qual os indivíduos interagem, aprendem e se desenvolvem. Para tal, é preciso garantir uma educação que faça sentido para que o conhecimento construído socialmente pela comunidade científica proporcione a apropriação do saber sistematizado a todos os educandos dessa instituição.

Ribeiro (2013, p. 675) propõe que a produção de conhecimento na Educação do Campo parte “das experiências camponesas, articulando-as com o conhecimento científico e tecnológico socialmente produzido”. Essa articulação, segundo Ribeiro (2013), pode possibilitar a contraposição à concepção de ciência quando subordina os saberes camponeses, bem como, que a educação faça sentido para os trabalhadores camponeses.

Segundo Freire (2013, p. 79), a forma como os conteúdos são trabalhados, apresenta a realidade de forma estática, distante das experiências de cada um, impossibilitando o educando aprender de maneira dinâmica. Logo, o ensino por não ter uma conexão com as situações reais de transformação continua perpetuando uma aprendizagem imposta e sem sentido.

Desta forma, quando o ensino ocorre de maneira adequada, com uma boa mediação docente, promove o desenvolvimento intelectual do estudante e oferece-lhe possibilidade de construir seu conhecimento adquirindo capacidades, competências e habilidades tão necessárias para sua aprendizagem e seu desenvolvimento.

Nessa observância, Santos (2013) destaca a importância da existência de um movimento, no qual o professor que deseja fazer a transformação na escola, precisa aos poucos se apropriar de teorias - leituras críticas - o que implica dizer, compreender as relações e as determinações, esforça-se para conhecer o motivo das permanências, resistências e/ou mudanças, entendendo o seu poder de transformação na ação educativa.

A Educação do Campo precisa ser refletida com a intenção comum fundamentada na construção e desenvolvimento da proposta pedagógica, na validação dos conhecimentos propostos pelo currículo por meio de uma releitura, comprometida com a luta pela transformação e com a participação ativa dos sujeitos envolvidos no processo. Desse modo, Freire (2000) concebe a educação sendo uma fundamental importância no processo de transformação de uma sociedade.

Nessa abordagem em defesa da escola do campo conta-se com a existência de políticas educacionais diferenciadas, porém é perceptível a ausência de sua aplicabilidade, tanto na elaboração e desenvolvimento do PPP, como também na matriz curricular, no material didático, nos planejamentos e nos procedimentos em sala de aula. Dessa forma, é evidenciada a falta de incentivo à Educação do Campo que reconheça a real necessidade do homem do campo e prime por sua formação. Penin e Vieira (2001, p. 17) afirmam que “assim, é preciso ousar construir uma escola onde todos sejam acolhidos e tenham sucesso”.

Numa abordagem reflexiva acerca da Educação do Campo, verifica-se a importância do PPP voltado a percepção dos elementos filosóficos da escola, na busca de construção e valorização de suas identidades através do processo prático administrativo e pedagógico. No tocante, implica dizer que a escola precisa planejar coletivamente sua ação educativa estabelecendo uma proposta política, social e educativa possível de contemplar e consolidar a formação dos sujeitos camponeses na luta pela transformação social.

É interessante ressaltar que a secretaria de educação também não possuía documentos direcionados para a efetivação da referida educação no município. Para Santos (2013), repensar o PPP das escolas do campo baseado Pedagogia Histórico-Crítica, ajuda a pensar a proposta pedagógica por meio da prática educativa, refletindo de forma crítica a situação da escolarização rural.

No mesmo sentido, Caldart et al. (2012), direciona a reflexão sobre como são elaborados e desenvolvidos os projetos educativos e pedagógicos, sem pensar efetivamente na realidade e lutas dos camponeses. Ambos estudiosos trazem a perspectiva de priorizar uma educação que humanize, utilizando o saber sofisticado produzido

pela humanidade, uma vez que esse conhecimento faça sentido e tenha continuidade com a participação e atuação de cada sujeito camponês.

Contudo, consolidar as concepções teóricas à práxis educativa não se trata de tarefa fácil, pois a participação efetiva, crítica e compromissada de todos implica em mudanças de padrões culturais, sobretudo da cultura assistencialista e clientelista, criando canais de diálogo, participação e transparência, no qual a população se torna agente no desenvolvimento local, readequando a distribuição do poder da escola, por meio da institucionalização de mecanismos participativos como Colegiado Escolar, PPP e Regimento Interno da escola, por exemplo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante as discussões efetivadas nesse estudo consideramos que os resultados, da análise realizada, apontaram a necessidade de construção do PPP voltada para a contextualização das realidades dos estudantes camponeses na intenção de efetivar paulatinamente o aperfeiçoamento do processo de ensino e aprendizagem na escola do campo.

Nessa esfera, operacionaliza a educação abordada como necessária na referida escola, de modo que o processo de formação oferecido considere o saber sistematizado, mas também promova a conscientização, permitindo que os sujeitos camponeses tenham a possibilidade de entender as relações sociais e culturais, vinculando-as suas ações e conhecimentos, assim como a valorização indenitárias e seu modo de vida.

Nessa observância, não se pretende questionar o saber institucionalizado, até porque os estudantes camponeses necessitam de tais conhecimentos. Para tanto, o que se coloca em evidência, ou se propõe é uma contextualização e problematização de tal conhecimento.

Pensar a Educação do Campo nas escolas supõe uma operacionalização do processo de formação política e pedagógica que precisa estar presente na elaboração, organização e aplicabilidade do PPP. Neste processo, é fundamental construir vínculos com a comunidade, promovendo meios, os quais possibilitem articulação, participação e envolvimento de todos os partícipes na construção e desenvolvimento de um projeto que contemplem as questões do campo e considerem tais sujeitos.

Não basta ter política pública para que a Educação do Campo se configure no referido município. Para sua efetivação é preciso que os movimentos sociais, as comunidades, o Fórum de Educação do Campo do Recôncavo, a Secretaria de

Educação, todos os envolvidos estejam atentos a realidade do campo e dos sujeitos que nele vivem, e assim haja uma reorganização junto ao setor público para repensar o papel da escola do campo, tendo como referência a educação como direito, como política pública que se concretiza e contempla as reais necessidades do camponês.

A Educação do Campo se evidencia na sistematização de saberes no processo de ensino e aprendizagem desenvolvido na escola. E, para que sua efetivação aconteça é preciso um olhar diferenciado e atento para as singularidades dos estudantes camponeses.

Mediante a realidade em estudo neste artigo, percebeu-se que os sujeitos camponeses não são contemplados no Projeto Político Pedagógico da Instituição. Embora, a Pedagogia Histórico-Crítica não seja muito utilizada nas discussões atuais em Educação do Campo, aponta-se a mesma como uma referência para a revisão e estruturação do PPP, por representar um avanço no processo de formação humana e transformação da Educação do Campo.

Essa pesquisa, obteve como fruto a reflexão e apreensão de como vem ocorrendo a Educação no Campo no rural muritibano, uma vez que, possibilitou discutir aspectos relevantes sobre o tema e inferir que é necessário a continuidade de estudos futuros.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Câmara Dos Deputados. Legislação (Org.). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 37. ed. Brasília: Edições Câmara, 2016.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: DF, 1996. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 05 set. 2016.

_____. **Diretrizes Operacionais da Educação Básica para as Escolas do Campo**. Resolução CNE/CEB nº1, de 03 de abril de 2002.

CALDART, Roseli Salete. Elementos para construção do projeto político pedagógico da educação do campo. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de (Org). **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo, n. 5, 2004.

CALDART, Roseli Salete. **Caminhos para transformação da Escola**: Reflexões desde práticas da Licenciatura em Educação do Campo. Cadernos do ITERRA, ano X, n.15, jun. 2011.

CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. In: CALDART, Roseli Salete et al. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CRESWEL, John W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa:** escolhendo entre cinco abordagens. Tradução: Sandra Mallmann da Rosa. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática docente. 26. ed. Paz e Terra: São Paulo, 2013.

_____. Paulo. **Pedagogia da Indignação:** cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Movimentos sociais e educação.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010 e 2012.** Disponível em: www.ibge.gov.br. [ewww.cidades.ibge.gov.br](http://www.cidades.ibge.gov.br). Acesso em: 21 nov. 2016.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <http://ide.mec.gov.br/2011/municipios/relatorio/coibge/2922300>. Acesso em: 25 nov. 2016.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/ideb>. Acesso em 28/03/2016.

PENIN, Sônia Teresinha de Souza; VIEIRA, Sofia Lerche. **Progestão:** como articular a função social da escola com as especialidades e as demandas da comunidade? Módulo 1. Brasília; CONSED, 2001.

SANTOS, Cláudio Félix dos. **O “aprender a aprender” na formação de professores do campo.** São Paulo: Edições UESB, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico Crítica.** 9 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

_____. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil.** 3 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

RIBEIRO, Marlene. Política educacional para populações camponesas: da aparência à essência. **Revista Brasileira de Educação**, v.18, n.54, jul./set., 2013.

RIBEIRO, Marlene. Trabalho e educação no movimento camponês: liberdade ou emancipação? **Revista Brasileira de Educação** v. 14 n. 42, set./dez., 2009.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Projeto político pedagógico da escola:** uma construção possível. Campinas: Papyrus, 1997.